

Ensaaios sobre  
o limiar entre a  
vida e a morte –  
notas a respeito  
de Diamela Eltit  
e Jeanne-Marie  
Gagnebin

*Essays on the threshold between  
life and death – notes on  
Diamela Eltit and Jeanne-  
Marie Gagnebin*

Jaime Ginzburg

Professor titular de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo. Coordenador do Grupo de Pesquisa Literatura e Cinema no Brasil Contemporâneo. Autor de *Literatura, violência e melancolia* (2013) e *Crítica em tempos de violência* (Prêmio Jabuti, 2013). Contato: [ginzburg@usp.br](mailto:ginzburg@usp.br)  
Brasil

Recebido em: 06 de julho de 2021

Aceito em: 06 de julho de 2021

PALAVRAS-CHAVE:

Diamela Eltit, Jeanne-Marie Gagnebin, Limiar, Ditadura, Primo Levi.

KEYWORDS: Diamela Eltit, Jeanne-Marie Gagnebin, Threshold, Dictatorship, Primo Levi.

Resumo: Diamela Eltit e Jeanne-Marie Gagnebin escreveram ensaios a respeito de regimes ditatoriais. Uma abordagem de Eltit sobre um caso de violência, na ditadura de Pinochet, e um estudo de Gagnebin sobre a ditadura militar brasileira apresentam aspectos em comum, como um interesse por efeitos da violência política, que motiva reflexões sobre a morte, e um respeito por Primo Levi. Um elemento específico dessas reflexões merece atenção – Eltit e Gagnebin discutem o limiar entre vida e morte, e esse limiar é uma mediação conceitual efetiva para que as autoras expressem os impactos da violência política.

Abstract: Diamela Eltit and Jeanne-Marie Gagnebin wrote essays regarding dictatorial regimes. Eltit's approach to a case of violence in Pinochet's dictatorship and Gagnebin's study on Brazilian Military dictatorship have aspects in common, such as an interest in political violence's effects, leading to reflections on death, and a respect for Primo Levi. A specific element of these reflections deserves attention – Eltit and Gagnebin discuss the threshold between life and death, and this threshold is an effective conceptual mediation for the authors to express the impacts of the political violence.

Nos três meses seguintes ao golpe que removeu Salvador Allende, no Chile, de acordo com Tamara Carrasco Leichtle, ocorreram em Paine numerosos atos de violência, incluindo detenções e torturas, que foram empreendidos por civis, e que destruíram jovens camponeses (Leichtle, 2017). Civis foram responsáveis por aniquilar sessenta trabalhadores camponeses. Em seu artigo “*Cambio generacional y radicalización campesina. Evolución del proceso de Reforma Agraria en Paine (1967-1973)*”, a pesquisadora apresenta informações sobre assassinatos ocorridos na época e reflete sobre a impunidade que beneficiou assassinos. O mesmo tema foi examinado por Francisco Jara Bustos e Francisco Tapia, em seu artigo “*Caso Paine, episodio Collipeumo, contra Juan Francisco Luzoro Montenegro: El primer civil condenado por crímenes contra la humanidad en Chile*”. De acordo com os autores, historicamente, em Paine, existiu desigualdade social, e era comum a opressão, por parte de latifundiários, de trabalhadores camponeses, dentro de um “*contexto de una cultura latifundista centenaria, fundada en el valor cultural y simbólico de la posesión de la tierra*” (Bustos & Tapia, 2018, 168). Os autores elaboram, examinando o que ocorreu em Paine, uma reflexão sobre as condições para julgar civis pela responsabilidade por crimes contra a humanidade.

Entre suas fontes de pesquisa, Tamara Carrasco Leichtle faz referência a um livro de Cherie Zalequett chamado *Sobrevivir a un fusilamiento. Ocho estorias reales*. Esse mesmo livro foi objeto de uma reflexão por parte da escritora Diamela Eltit. Em seu ensaio “Me fuzilaram em Chena”, originalmente publicado em 2006, Eltit desenvolve ideias a respeito da violência de Estado no Chile, considerando uma especificidade do livro de Zalequett, que consiste em conferir visibilidade a pessoas que foram alvos de

fuzilamento, e sobreviveram ao ataque.

Esse ensaio articula um estudo de uma situação histórica específica, levando em conta o trabalho de Zalequett, com uma reflexão de caráter ético. O horizonte histórico singular se refere a "José Guillermo Barrera Barrera, Blanca Esther Valderas Garrido, José Calderón Miranda, Manuel Antonio Maldonado, Alejandro Bustos González, Enrique Venegas Santibáñez, Luis González Plaza e Daniel Navarro González" (Eltit, 2017, 33), cujas trajetórias foram marcadas pela violência no período mencionado. Entre estes, José Calderón, Alejandro Bustos e Daniel Navarro eram de Paine. É importante a nomeação das pessoas, que contribui para que a elas possa ser atribuída dignidade. O horizonte ético é lançado, nas primeiras linhas do ensaio, a partir de uma referência a Primo Levi, e é desenvolvido em diálogo com elementos de teoria do testemunho e contribuições de Michel Foucault. Com esse gesto em direção a Primo Levi, Eltit articula a ditadura chilena e o nazismo, e propõe uma análise da violência contra camponeses em diálogo com questionamentos motivados pelo impacto dos campos de concentração.

Entre os tópicos examinados em "Me fuzilaram em Chena", cabe destacar: os efeitos trágicos do golpe de Estado em 1973; o Estado de direito; o Estado de exceção; as condições para realizar um testemunho; a noção de situações-limite; as vidas dos camponeses; a biopolítica; a tanatopolítica. Esses tópicos estão integrados em uma reflexão caracterizada por um posicionamento ético, em acordo com o qual o respeito à vida humana impregna as ideias desenvolvidas.

Esse posicionamento ético permite constituir uma perspectiva intelectual capaz de expor, caracterizar e analisar as especificidades da situação desses

oito camponeses sobreviventes. Essa situação está sinalizada no enunciado do título, no qual uma voz em primeira pessoa se refere a um fuzilamento ocorrido no passado. A voz é atribuída a Daniel Navarro. O título, como metonímia, permite dar visibilidade a um fato surpreendente nas trajetórias dos oito camponeses, a saber, a sobrevivência após o evento de um fuzilamento. A frase “Mas a única coisa que sei é que nos mataram pelas costas”, de Enrique Patrício Vargas, é contundente ao expressar a morte como um evento ocorrido no passado (Eltit, 2017, 30). O ensaio de Eltit dedica atenção ao que há de singular nesse fato, pois essa singularidade pode fazer com que venha à tona uma visibilidade do impacto da violência social durante a ditadura. A percepção da inquietante situação limiar desse grupo de assassinados permite um movimento reflexivo pautado em referências históricas, no qual emerge o reconhecimento do horror dessa violência. O caráter enigmático do limiar atua como uma mediação desafiadora para o conhecimento do que ocorreu, para confrontar a observação do horror; o limiar e o horror estão, nesse sentido, articulados (Natali, 2020, 209), e o desvelamento de um repercute na interpretação do outro. A especificidade do acontecimento que fundamenta essa situação limiar é apresentada no seguinte trecho:

A partir da especificidade da situação chilena e pela dimensão da ruptura que provocou o golpe de Estado e suas implicações éticas e jurídicas, eu agora me pergunto: seria pertinente repensar essa condição de impossibilidade, diante da existência de testemunhas que, sim, foram assassinadas, quero dizer, enfrentaram-se materialmente ao último dispositivo de desconstrução humana como é o fuzilamento? Porque penso que eles conformam uma exceção extrema, na medida em que foram assassinados e, não obstante, seguiram com vida. (Eltit, 2017, 28).

A “condição de impossibilidade” se refere, nesse trecho, à perspectiva de constituição de discursos de testemunho. Uma premissa argumentativa, estabelecida no ensaio a partir de referências a Primo Levi e Giorgio Agamben, consiste em que os seres humanos que foram mortos em campos de concentração nazistas constituiriam as testemunhas radicais, e eles não podem prestar testemunhos sobre o que ocorreu com eles. Em articulação com essa premissa, Eltit reflete a respeito da hipótese de que os camponeses teriam alcançado uma condição improvável, a de seres humanos destruídos, efetivamente assassinados pela violência de Estado, que conseguiram sobreviver, após a realização do fuzilamento. A proposição de uma “exceção extrema” representa uma situação que, para além da impossibilidade de testemunhos radicais, a ditadura chilena tenha produzido circunstâncias que desafiam as maneiras convencionais como é entendido o conceito de testemunho.

A proposição da “exceção extrema” é necessária para atribuir significado à estranheza da condição dos camponeses após o fuzilamento. Essa imagem hiperbólica tem a função de acentuar o que haveria de único e incontornável nessa condição, evitando qualquer simplificação. O trecho “foram assassinados e, não obstante, seguiram com vida” é enunciado de modo articulado com uma necessidade em atentar para as particularidades dos membros desse grupo, e então observar a presença, em cada uma dessas oito vidas, de antagonismos sem solução, entre experiência e linguagem, vida e narração, e entre o impacto do momento do fuzilamento e as dificuldades de construir um testemunho. O efeito perturbador do passado impede que este e o presente se conciliem, pois os fuzilamentos se inscrevem na corporeidade de cada um dos fuzilados, e essa corporeidade é constitutiva da memória.

O modo como a palavra “assassinadas” é empregada, nesse trecho, se apresenta como um desafio para os leitores de Eltit, principalmente para aqueles que esperam que cada palavra tenha um significado convencional e estável, como em estado de dicionário. O ensaio de Eltit se posiciona de modo questionador diante da “função referencial da linguagem”, ao mesmo tempo em que desestabiliza “hierarquias do universo cultural” (Olmos, 2019, 22), e escolhe configurar a morte como sendo impregnada no interior da vida, e não como uma categoria excludente com relação à vida. Os leitores precisam lidar, portanto, com uma condição de reflexão sobre a morte que exige uma abertura de pensamento, de modo que, com ponderações sobre as propriedades semânticas da palavra “assassinadas”, seja admissível a hipótese de que um assassinato não seja, necessariamente, um evento cuja extensão seja delimitada em um tempo entre a preparação de um disparo e o encerramento do impacto do uso de uma arma. O assassinato, no caso desses camponeses, ultrapassaria essa restrição temporal. Ele ocuparia um lugar nas memórias de cada um desses indivíduos. A frase de Navarro, que é exposta como título do ensaio, com clareza, apresenta o seu assassinato como um evento lembrado. Essa frase pode ter um efeito perturbador, em razão de que, antes que o leitor seja informado sobre o que levou Navarro a dizer “Me fuzilaram em Chena”, a frase poderia ser, em hipótese, um enunciado atribuído a um morto, ou a um fantasma. Uma impressão similar poderia ser despertada pela frase mencionada de Enrique Patrício Vargas. No ensaio é apresentado um movimento livre de pensamento, dentro do qual são encontradas expressões que poderiam ser associadas, pelos leitores, a imagens fantasmáticas, a ficções especulativas referentes ao morrer, ou a percepções caracterizadas como *unheimlich*, sem se restringir ou se deter

em nenhum desses parâmetros; esse movimento livre de pensamento mostra um “vínculo de difícil precisão que permite o deslocamento” entre ensaio e ficção (Olmos, 2019, 30). Para configurar uma situação limiar, na qual os camponeses sejam situados em um entrelugar, constituído pelos fuzilamentos, o ensaio desafia a função referencial, em favor de recursos de estranhamento e choque.

Esses camponeses sobreviveram, e para acompanhar o que Diamela Eltit elabora em sua reflexão, não é suficiente afirmar essa sobrevivência; é necessário considerar que a morte foi inserida no interior das vidas desses camponeses. Para um deles, a iminência da morte apareceu na figura de um homem conhecido, de quem esperava consideração. A passagem do ensaio na qual Eltit expõe uma incompreensão, por parte de Daniel Navarro, com relação ao comportamento do sargento Soto, expressa uma dificuldade, por parte dos sobreviventes, de lidar com as situações a que foram submetidos. Soto era visto por Navarro como um homem que o convidava para jogar futebol. Segundo Eltit, “o que Daniel Navarro não conseguia entender era que aquele personagem com quem ele jogara futebol, o cidadão Soto, já era outro, um funcionário do Estado que não apenas não ia ajudá-lo, como ia fuzilá-lo a partir de sua posição de sargento”. (Eltit, 2017, 34).

As “implicações éticas e jurídicas” a que Eltit alude são relevantes, pois existem responsáveis pelo fuzilamento, e é necessário que estes respondam pelo que fizeram. Para a autora, “a aparição desse livro evidencia uma insuficiência jurídica: como se poderiam catalogar legalmente essas situações? Além disso, existe uma nomenclatura judicial precisa que contenha aquela figura do fuzilado institucional que, apesar de sua execução, vive?” (Eltit, 2017, 30). Esses camponeses podem testemunhar que, no contexto da ditadura,



foram alvos de violência, e que os agentes dessa violência se comportaram estritamente como assassinos, e como tal deveriam ser responsabilizados. Noções como cidadania e direitos individuais, que são categorias básicas para a vida social, são imprecisas e insuficientes para descrever pessoas que foram alvos de assassinatos.

Como Eltit expõe, a insuficiência jurídica implica um reconhecimento de que existiria uma discrepância entre, de um lado, o vocabulário adotado pelo direito e, de outro, fatos horríveis que a violência de uma ditadura é capaz de permitir. Entre a linguagem e os acontecimentos se interpõe uma exigência de deslocamento, para que seja possível descrever com precisão o que aconteceu e, com base nessa descrição, estabelecer consequências legais em favor de uma justiça. O termo “assassinadas” pode despertar inquietude, quando empregado para fazer referências a sobreviventes, mas a decisão de Eltit em empregá-lo condiz com a necessidade de evitar qualquer redução ou simplificação dos atos de fuzilamento. Segundo a autora, “deve-se entender que os assassinaram e que permaneceram vivos. Simultaneamente” (Eltit, 2017, 29). Como eles viram outras pessoas serem mortas nos fuzilamentos, podem partilhar suas visões, e estas podem dar muito a conhecer sobre essas pessoas que morreram ao seu lado. A autora utiliza a expressão “em meio à morte” para descrever a especificidade desses camponeses:

Somente porque estão dentro da morte, ou em meio à morte mesma, é que se produz certa duplicação nesses testemunhos: sua possibilidade de testemunhar os momentos de morte de alguns dos fuzilados. Efetivamente, eles, enquanto fuzilados, são os únicos que podem dar conta das últimas imagens, dos rictos, dos estragos, dos gestos moribundos que encerram a cena do fuzilamento de seus companheiros. (Eltit, 2017, 34-35).

Para interpretar o trecho “estão dentro da morte, ou em meio à morte mesma”, é oportuno remover qualquer expectativa de que seja necessário permanecer dentro de fronteiras determinadas pela função referencial da linguagem ou pelo realismo literário. Conforme Ana Cecília Olmos, na produção de Eltit, o “trabalho criativo” atua “em favor de uma palavra liberada ao jogo dos significantes” (Olmos, 2019, 31). O ensaio desafia a oposição entre vida e morte, rompendo com a premissa de que as duas categorias sejam necessariamente excludentes, e que a diferença entre elas seja determinada de modo preciso. As palavras vida e morte, liberadas para um jogo de significantes, configuram uma percepção da existência como limiar, e como categorias de pensamento, se movimentam no ensaio como se uma categoria influenciasse as propriedades semânticas da outra, e com isso as duas se aproximassem.

Com base em ideias de Walter Benjamin, Jeanne-Marie Gagnebin elaborou reflexões sobre o conceito de limiar, que pode ser relevante para caracterizar a situação dos oito camponeses. No ensaio “Limiar: entre a vida e a morte”, originalmente publicado em 2010, a pesquisadora realiza uma distinção entre dois conceitos, fronteira e limiar. Ambos os termos se referem a uma separação entre “dois domínios do real” (Gagnebin, 2014, 37). O primeiro é empregado para estabelecer separações; uma fronteira pode ser representada em uma linha entre dois espaços. A autora exemplifica o emprego do termo com “contextos jurídicos de delimitação territorial: entre a cidade e o campo, entre várias propriedades fundiárias ou ainda entre territórios nacionais” (Gagnebin, 2014, 35). Em arquitetura, de acordo com o ensaio, um limiar tem uma função de permitir trânsito entre dois espaços; o termo seria referente a elementos de indeterminação, que não seriam admissíveis na demarcação de uma fronteira.

As reflexões desenvolvidas pela pesquisadora sobre esses termos incluem observações conceituais, com um alcance potencial que ultrapassa a função de organizar ocupações de espaços físicos. Em uma perspectiva ampla, o termo limiar pode ser empregado para fazer referência a “aquilo que se situa entre duas categorias, muitas vezes opostas” (Gagnebin, 2014, 37). Compreendido nessa perspectiva, o termo pode receber uma função epistemológica, pois pode ser empregado em produções de conhecimento a respeito de fenômenos que não são suficientemente definidos por palavras conhecidas. Conforme a autora, “O limiar designa, portanto, essa zona intermediária que a filosofia ocidental – bem como o assim chamado senso comum – custa a pensar, pois que é mais afeita às oposições demarcadas e claras (masculino/feminino, público/privado, sagrado/profano, etc.)” (Gagnebin, 2014, 37).

Em acordo com essa reflexão teórica de Gagnebin, é possível caracterizar a condição de um fuzilado sobrevivente, ou de um assassinado vivo nos termos de Eltit, como uma condição limiar. Após o fuzilamento, os oito camponeses podem testemunhar sobre o que aconteceu com eles, e relatar vivências que não admitem simplificação. Em sua reflexão, Eltit afirma:

É um *entre* a vida e a morte. E esse trânsito por uma zona ambígua, impossível de classificar, torna difícil registrá-la sob o conceito único e estável de sobrevivente. Não é possível entender a testemunha dessa forma, pois sua sobrevivência passou pelo seu assassinato, um assassinato material, uma execução ativa consignada pela história, uma forma explícita e reconhecível de exterminar, distante de todo simulacro; quer dizer, não se trata, em cada um desses testemunhos, de uma execução simulada, da frequente tortura atroz exercida e produzida mediante o paradoxo de um simulacro de morte, de uma prática ou de uma tática frequente, que se tem visto extensamente. (Eltit, 2017, 29, grifo da autora).

Existe uma afinidade entre a “zona ambígua”, a que se refere Eltit, e a “zona intermediária” analisada por Gagnebin. Em ambos os casos, as expressões permitem reconhecer uma irreducibilidade ao vocabulário coloquial, um deslocamento com relação a convenções de emprego da linguagem em práticas cotidianas. “É um *entre* a vida e a morte”, descreve Eltit, utilizando uma expressão contida no título do ensaio de Gagnebin.

Assim como Eltit lembra de Primo Levi, na abertura de “Me fuzilaram em Chena”, Gagnebin reflete sobre o mesmo escritor, na parte final de “Limiar: entre a vida e a morte”. Especificamente, é mencionada uma imagem referente a um limiar entre humanidade e animalidade, a “zona cinzenta (...) entre a vida e a morte” (Gagnebin, 2014, 48). Essa zona cinzenta pode expressar uma condição de prisioneiros de campos de concentração a respeito dos quais, segundo a ensaísta, é difícil determinar se permanecem vivos ou se faleceram. Sobre eles é difícil falar. Primo Levi escreveu, a respeito deles, o seguinte: “não-homens que marcham e se esforçam em silêncio (...) tão vazios (...) hesita-se em chamá-los vivos”; “seu número é imenso” e “estão esgotados demais” para entender suas mortes (Levi, apud Gagnebin, 2014, 49).

Cabe lembrar que Levi, em seu texto “A zona cinzenta”, analisa o emprego de pares de termos opostos em simplificações de conhecimento, e propõe criticamente que “a maior parte dos fenômenos históricos e naturais não é simples”; segundo o autor, quando um prisioneiro chegava em um campo de concentração, encontrava um mundo que “não era conforme a nenhum modelo”, no qual “o inimigo estava ao redor, mas também dentro” (Levi, 2004, 32).

Assim como Eltit, Gagnebin refletiu sobre violência ditatorial. É

relevante lembrar de “O preço de uma reconciliação extorquida”, ensaio publicado no volume *O que resta da ditadura*, obra interdisciplinar que contempla várias perspectivas de estudo de impactos do regime militar no Brasil. Esse trabalho, fundamentado em conceitos teóricos sobre memória e esquecimento, aborda o tema da anistia. Entre os tópicos examinados, está o problema dos desaparecidos políticos no país. Durante a ditadura, militares ocultaram corpos, impedindo que famílias pudessem enterrar seus entes queridos. A ocultação era uma prática constante; de acordo com Edson Teles, “A visibilidade do corpo morto, para os ditadores, fomentava a vida oposicionista, a vida não conformada” (Teles, 2020, 281). Centenas de pessoas foram perseguidas, capturadas, aprisionadas, torturadas e mortas. Sobre esse tema, Gagnebin escreveu:

Aqueles que não conseguimos enterrar, os *desaparecidos*, não são somente fonte de tristeza e de indignação porque não podemos lhes prestar uma última homenagem. Não sabemos como morreram nem onde estão seus restos – e isso nos impede, *a nós todos*, de poder viver melhor no presente. (...) Os mortos não sepultados como que atormentam os vivos, de maneira dolorosa seus herdeiros e descendentes (...) O silêncio sobre os mortos e torturados do passado, da ditadura, costuma silenciar sobre os mortos e torturados de hoje. (Gagnebin, 2010, 185, grifos da autora).

O impacto dos desaparecimentos, como propõe a ensaísta, não se restringe aos familiares dos desaparecidos, que não recuperaram os corpos de seus entes queridos, mas alcança a “nós todos”. Práticas comuns na ditadura, como a tortura, continuam sendo realizadas (Pinheiro, 1991, 53-54). Os acontecimentos da ditadura permanecem danificando o presente. A ausência de justiça motiva inquietações com relação aos riscos dos ataques à democracia, que têm sido constantes nos últimos anos. Para

cada um dos desaparecidos, é necessário manter a busca por atribuição de responsabilidades, e lembrar constantemente dos corpos ausentes. Cada um deles tem uma história que não foi contada, que permanece incompleta. O respeito ético a essa incompletude é imperativo, para cada vida destruída pela ditadura.

Entre as referências de apoio conceitual em “O preço de uma reconciliação extorquida”, na parte final, aparece o nome de Giorgio Agamben, autor citado por Diamela Eltit no início de “Me fuzilaram em Chena”. As afinidades eletivas entre as duas ensaístas incluem escolhas de leitura (como Primo Levi e Giorgio Agamben) e tópicos de interesse (regimes ditatoriais, violência contra corpos). As datas de publicações dos trabalhos referidos são próximas: “Me fuzilaram em Chena” veio a público pela primeira vez em 2006, enquanto “Limiar: entre a vida e a morte” foi publicado em 2010, no mesmo ano em que “O preço de uma reconciliação extorquida” apareceu no volume *O que resta da ditadura*. Uma reflexão sobre esses textos, além de verificar essas afinidades eletivas e a proximidade temporal, pode apontar para um horizonte de elaboração conceitual, que pode contribuir para estudar processos de desumanização recentes.

Como se uma trama subterrânea conduzisse uma conversa hipotética, e essa trama constituísse um horizonte de encontro entre o Chile e o Brasil, é possível propor (guardando as especificidades de cada texto, e respeitando as diferenças entre eles) uma convergência entre as reflexões de Diamela Eltit e Jeanne-Marie Gagnebin, constituída por uma ética comum.

As imagens da “zona ambígua”, em Eltit, e da “zona intermediária”, em Gagnebin, contemplam situações que podem ser descritas com o emprego do conceito de limiar. Os camponeses chilenos, que confrontaram seus

fuzilamentos, atravessaram materialmente a linha que separa o estar vivo do estar morto. Tendo sobrevivido, eles são obrigados a conviver, ao longo de suas vidas, com as lembranças dos momentos de execuções, as imagens concretas da violência de que foram vítimas e testemunhas. No Brasil, os familiares e amigos de desaparecidos políticos procuram os corpos ocultados na ditadura. Os camponeses estão vivos, mas para a ditadura de Pinochet estariam mortos. Os desaparecidos devem ter sido mortos; porém, para a ditadura militar brasileira, a orientação era não permitir que essas mortes fossem conhecidas. Em ambos os casos, a expressão “entre a vida e a morte” tem uma capacidade descritiva.

O fato de que Eltit e Gagnebin lembraram de Primo Levi em seus ensaios aponta para uma hipótese de convergência argumentativa. É como se escritos do autor, um sobrevivente de campo de concentração nazista, representassem uma mediação de conhecimento necessária para reflexões realizadas no Chile e no Brasil. A necessidade dessa mediação pode ser explicada pela força com que Levi reflete a respeito de sofrimentos, físicos e psíquicos, vividos em escalas de intensidade inimagináveis, continuamente, em um contexto totalitário no qual os prisioneiros não têm direito a nenhuma defesa. As narrativas de Primo Levi articularam esses sofrimentos inimagináveis com palavras que podemos compreender. Essa articulação respeita eticamente as memórias dos mortos e dos sobreviventes. Esse respeito é consistente com a perspectiva de que as palavras compreensíveis de Levi não simplificaram os acontecimentos ocorridos, ao contrário, sustentaram uma empatia com relação aos prisioneiros.

Os ensaios de Gagnebin e Eltit estão voltados para a formação e a consolidação de empatias, por parte dos leitores, com relação aos seres

humanos que foram atacados e destruídos nos períodos de regimes ditatoriais. As ensaístas concentram os focos de seus olhares em imagens que, para muitos entre nós, poderiam ser insuportáveis, e poderiam fazer com que desviássemos os rostos. Suas percepções conseguem, de um modo que efetivamente faz lembrar Primo Levi, descrever o que, para muitos entre nós, pode ser indescritível – as condições liminares de existência entre o humano e o inumano, entre estar vivo e estar morto, entre o apagamento e o resgate da memória. Essas condições foram expostas por Levi em seus relatos sobre os campos de concentração. Como foi exposto anteriormente, Diamela Eltit reconheceu condições de existência singulares, que podem ser consideradas liminares, nas vidas dos camponeses fuzilados no Chile. Jeanne-Marie Gagnebin observou um “lugar de indeterminação” na memória (Gagnebin, 2010, 186), referente a não saber onde estão os desaparecidos da ditadura militar.

Os ensaios de Gagnebin e Eltit anteriormente descritos são exemplos fundamentais de reflexões desenvolvidas com respeito por cada vida humana singular, e voltadas para a afirmação da ética, como condição de resistência intelectual a ideias regressivas e posições autoritárias. “Me fuzilaram em Chena” é um texto importante para refletir sobre a atualidade política, uma vez que, em diversos países, ocorrem regressões autoritárias, com lideranças conservadoras e ataques à democracia (o caso brasileiro é exemplar). As reflexões de Gagnebin a respeito dos desaparecidos políticos apontam para uma necessidade de consciência a respeito de que, em um regime político autoritário, situações de desumanização, que poderiam ser consideradas inconcebíveis em uma democracia, ocorrem como práticas políticas legitimadas que contam com impunidade. As análises rigorosas de situações



“entre a vida e a morte”, desenvolvidas pelas ensaístas, podem contribuir para trazer clareza diante de desafios que se impõem em tempos nos quais o risco de morrer foi integrado ao cotidiano, por conta da pandemia de Covid-19, e cada contato entre seres humanos pode acentuar esse risco.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bustos, Francisco Jara & Tapia, Francisco. Caso Paine, episodio Collipeumo, contra Juan Francisco Luzoro Montenegro: El primer civil condenado por crímenes contra la humanidad en Chile. In: *Anuario de Derechos Humanos*. N. 14, 2018, 167-179.
- Eltit, Diamela. Me fuzilaram em Chena. In: *A máquina Pinochet e outros ensaios*. e-galaxia, 2017. (e-book).
- Gagnebin, Jeanne-Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: Teles, Edson & Safatle, Vladimir, orgs. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Gagnebin, Jeanne-Marie. Limiar: entre a vida e a morte. In: *Limiar, aura e rememoração. Ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Ed. 34, 2014.
- Leichtle, Tamara Carrasco. Cambio generacional y radicalización campesina. Evolución del proceso de Reforma Agraria en Paine (1967-1973). In: *Polis (Santiago)*. V.16, n.47, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0718-656820170002&lng=es&nrm=iso](https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0718-656820170002&lng=es&nrm=iso). Acesso em 30/6/2021. s.p.
- Levi, Primo. A zona cinzenta. In: *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- Natali, Marcos Piason. *A literatura em questão*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2020.
- Olmos, Ana Cecília. *Escritas descentradas. O ensaio dos escritores na América Latina (1970-2010)*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019.
- Pinheiro, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. In: *Revista USP*. 1991. n.9. p.45-56.
- Teles, Edson. Memória, ditadura e desaparecimento: o congelamento dos processos de subjetivação. In: *Limiar*, v.7., n.14, 2020, p. 278-294.